

## CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL

Realizou-se na Universidade de Córdoba (Espanha) em Abril de 1979 o décimo congresso organizado pela Associação Europeia de Sociologia Rural sob a temática «Crescimento Económico e Desenvolvimento Regional: harmonias e desajustamentos num processo de diferenciação».

Procurava-se analisar as relações entre o processo de desenvolvimento, a agricultura e a regionalização, tendo em conta: a diferenciação interna do sector agrícola — desde a agricultura camponesa à *agro-business* —, a diferenciação a nível regional e nacional entre o sector agrícola e os outros sectores, as dificuldades de integração da agricultura no sistema económico, os desiguais níveis de desenvolvimento regional e os efeitos do crescimento económico no aprofundar dessas desigualdades, o reforço dos movimentos autonomistas, o desajustamento entre as políticas centrais e as necessidades específicas das regiões, o papel da migração da força de trabalho na diferenciação regional e a expansão dos mercados fortes (CEE, Comecon) como fonte de conflitos interregionais.

A discussão dos temas fez-se através de onze grupos de trabalho, funcionando em simultâneo e reunindo os participantes de acordo com os sub-temas escolhidos para as suas comunicações ou intervenções.

Sobre os trabalhos é de referir, desde já, o peso importante que o debate, reavivado ao longo destes últimos anos, sobre a agricultura camponesa ou familiar, teve neste congresso. Na verdade, das diversas áreas que têm mais directamente a ver com o rural — economia, sociologia, antropologia, agronomia e geografia — foram-se desenvolvendo e aprofundando linhas teóricas, apoiadas em grosso corpo de investigação empírica, para uma mais acertada compreensão do papel da agricultura e, designadamente, da produção camponesa em modo de produção capitalista.

Verificou-se, no decurso dos trabalhos, que, em toda a parte, e em especial em Espanha, cuja contribuição foi assinalável, os estudos sobre a realidade camponesa estão no centro das atenções, mobilizando os esforços no sentido do enriquecimento das diversas visões parcelares do problema, através do confronto e do debate.

No que diz respeito à discussão, refira-se que ela envolveu duas dimensões importantes que, só por simplismo, vamos considerar isoladamente. Por um lado, os aspectos relativos às determinantes «internas» das explorações camponesas, à sua

lógica de organização, à racionalidade inerente às suas tomadas de decisão. Por outro lado, as relações deste tipo de agricultura com o modo de produção dominante ou seja, o papel que lhe cabe no jogo de forças de que resulta a sua posição de submissão.

Das comunicações que se detiveram neste campo, e cuja sede de discussão foram os grupos A («Descentralização política e integração de sistemas») e C («Vantagens e desvantagens do tamanho — economias de escala») interessará chamar a atenção para duas perspectivas de fundo que globalmente foram focadas — aquela que realça a estabilidade verificada na exploração familiar e o facto de ela constituir a forma central da agricultura de vários países e a que reflecte sobre os efeitos que a crise tem tido sobre tais explorações, levando à sua descapitalização e à sua acentuada diminuição.

A comunicação de J. Cucó Giner, da Universidade de Valência, reportando-se à análise das formas de organização interna da exploração familiar camponesa e focando o caso do País Valenciano é exactamente um bom exemplo da abordagem que, na primeira óptica, foi desenvolvida.

Como a exploração familiar não controla o excedente agrícola por si produzido (dada a sua dependência do mercado), acaba por ser fundamentalmente a utilização que é feita da mão-de-obra familiar que constitui a chave para que a exploração familiar possa subsistir e para que o nível de consumo da família camponesa seja salvaguardado. O trabalho camponês é, assim, o elemento central da exploração e isto fundamentalmente porque, quando utilizado na própria exploração, não tem mais que valor de uso. Daí que ele seja, neste quadro, utilizado de forma sobreintensa e se constitua ainda, por via da divisão familiar do trabalho, em fonte de rendimento para a família quando empregado fora da exploração.

Também significativa foi, neste campo, a comunicação de Giovanni Mottura, da Faculdade de Economia da Universidade de Modena. Procurando assinalar e situar o papel desempenhado pela agricultura camponesa nas sociedades capitalistas avançadas e reportando-se ao caso italiano, Mottura atribui-lhe duas grandes funções — uma função receptiva da mão-de-obra em excesso relativo e uma função produtiva. Da combinação destas duas funções que é, ela própria, decorrente das exigências do modo de produção dominante, resultam diferentes ritmos de desenvolvimento.

Mas no quadro capitalista, as formas camponesas relacionam-se também com o capitalismo agrícola. Essa relação pressupõe posições económicas distintas que residem na dife-

rente organização da mão-de-obra, nas diferentes oportunidades e no diferente papel relativamente ao sistema económico geral. Daí que na óptica de Mottura, haja, no modo de produção capitalista, «um dualismo estrutural na agricultura».

Ainda, de certo modo, ligadas a esta realidade de matriz não capitalista, as questões da identidade cultural dos subsistemas regionais no quadro de uma distinção «cultura dominante — cultura periférica» foram objecto dos trabalhos do grupo H. De salientar, desde logo, o elevado número de comunicações — dificultando o funcionamento do grupo e inviabilizando uma discussão aprofundada — e dentre estas, a elevada participação de espanhóis onde o problema da autonomia regional toca e se interpenetra com o da identidade cultural.

Os efeitos do desenvolvimento sobre as comunidades locais e o seu universo cultural produziram a afirmação de posições que se diferenciam e polarizam através da adesão/não adesão a práticas científicas e políticas diversificadas. Esta polarização afirmou-se, fundamentalmente, em torno de duas teses: — os sistemas culturais regionais estão a perder a sua identidade; — os sistemas culturais regionais têm vindo a manter e mesmo a renovar a sua identidade.

As conclusões deste grupo apontam para a necessidade de relacionar «identidades culturais locais e regionais» e «situações de aparecimento e desenvolvimento de modos de consciência de classe» como ponto de partida para avaliar a resistência das comunidades à homogeneização cultural e apreciar a importância de subsistemas regionais no quadro do desenvolvimento económico, social e cultural, nacional e internacional.

As desigualdades regionais, encaradas a partir das diferenciações internas ao sector agrícola, ou dos efeitos de uma desigual penetração de formas económicas capitalistas, ou ainda de uma desigual distribuição e utilização dos recursos, incluindo o humano, foram discutidas, particularmente, nos grupos D («Problemas Demográficos das Regiões Periféricas»), E («Migração da Força de Trabalho»), I («Desenvolvimento de Recursos Agrícolas e suas Implicações Ecológicas») e K («Pobreza Rural e Marginalização Social») e o debate das políticas comumente utilizadas para ultrapassar os desequilíbrios constatados, nos grupos A, B («Acesso a Bens e Serviços Distribuídos pela Administração»), F («Turismo e Desenvolvimento Rural»), e G («Política Comunitária — C.E.E.»), cabendo ao grupo J, o mais participado e o mais ambicioso, ocupar-se das «Estratégias Alternativas para o Desenvolvimento».

Duas posições fundamentais se defrontaram quanto à definição de alternativas. Uma, apresentada por sociólogos rurais, alemães em maioria, propunha a adopção de modelos de desenvolvimento rural integrado como via para superar, através de uma perspectiva inovadora, os obstáculos que mais têm contribuído para o insucesso do desenvolvimento rural. Defende-se que acções, junto das comunidades locais e regionais quando convenientemente articuladas, garantem, por si, alternativas válidas de desenvolvimento. A outra, mais vivamente defendida pelos participantes espanhóis, considerava incorrecto, no quadro do actual sistema económico e social, formular e defender alternativas de desenvolvimento rural. É que as *alternativas* supõem um outro sistema de relações sociais, sem o qual se poderá, tão somente falar em *variantes* de desenvolvimento rural em processo capitalista.

Ainda aqui, o debate ficou incompleto, fundamentalmente devido às distintas opções e perspectivas teóricas em confronto e à multiplicidade de aspectos que envolve a definição de um modelo alternativo de desenvolvimento. Ficou da discussão havida, contudo, um abundante e rico espólio de estudos e contribuições, a atestar o muito que a sociologia rural pode oferecer para uma crítica fundada dos modelos e das políticas de desenvolvimento praticados e, daqui, para a sua reformulação.

Carlos Lencastre  
José Reis  
Pedro Hespanha